

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES

CONCIDADES

REALIZADA NO DIA 01/03/2007.

No dia primeiro do mês de março de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos, no Salão Azul do Hotel Nacional, situado no Setor Hoteleiro Sul, quadra 01, Bloco A, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a segunda Reunião Extraordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Estavam presentes 111 conselheiros, sendo 68 titulares, 42 suplentes e 01 observador, conforme **Anexo I**. Os titulares foram representados por 11 do Poder Público Federal, 05 do Poder público Estadual, 03 do Poder Público Municipal, 21 de Entidades dos Movimentos Populares, 07 de Entidades Empresariais, 08 de Entidades dos Trabalhadores, 05 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 03 de Entidades Não Governamentais. O presidente saudou a todos e deu início à reunião. Na seqüência, convocou a Sra. Socorro de Paula (ETAPAS) pelo segmento das Organizações Não Governamentais, a Sra. Maria Eliane (CMP) pelas Entidades do Movimento Popular, a Sra. Neusinha Santos (FENAVRU) pelo Poder Publico Municipal, o Sr. Manuel Wanderley (MNMPE) pelas Entidades Empresariais, o Sr. Pedro Romildo (FNU) pelas Entidades de Trabalhadores, a Sra. Ana Suassuna (Pernambuco) pelo Poder Público Estadual e a Sra. Eleonora Lisboa (ANEAC) pelas Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa para compor a mesa conforme disposto no Regimento Interno do ConCidades. Logo após, o Presidente passou a palavra ao Deputado Zezéu Ribeiro, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados (CDU), que fez um breve informe da agenda daquela Comissão. Destacou a discussão sobre o projeto de lei de Parcelamento do Solo e da Regularização Fundiária cujos pontos prioritários já foram discutidos com o Fórum da Reforma Urbana e continuarão sendo debatidos com outros setores envolvidos. Comunicou a realização de uma audiência com representantes do Ministério das Cidades para discutir o projeto de Lei sobre Mobilidade Urbana. Ressaltou a necessidade de realização de audiências para discutir a relação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com a política urbana. Comentou, ainda, que o ConCidades pode contribuir enviando propostas para a CDU no processo de definição de critérios para a identificação de “cidades pólo” no contexto da proposta do Governo Federal de interiorização das universidades. Por último, colocou-se à disposição para construir conjuntamente a 3ª Conferência Nacional das Cidades. Logo após, o Presidente apresentou, para a votação, a seguinte pauta: 1. Deliberação das Resoluções; 2. Apresentação do PAC. Depois de verificado o quorum, a proposta de pauta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Sr. Benedito Barbosa (CMP) fez uso da palavra para informar sobre o encaminhamento feito pelo Comitê Técnico de Habitação no sentido de criar três Grupos de Trabalho: o primeiro voltado para a revisão do manual de assistência técnica para projetos de habitação popular; o segundo, sobre os ajustes e alterações no Programa de Arrendamento Residencial em função do PAC e o terceiro diz respeito à discussão da criação de um programa ou linha de crédito para cooperativas e associações dentro dos recursos do PAC. A seguir, o Presidente encaminhou o primeiro ponto de pauta. **1. Deliberação das Resoluções.** A primeira proposta foi lida pela Sra. Neusinha Santos (FENAVRU) e recomendava a adequação da Caixa Econômica Federal para atendimento à Política Nacional de Habitação, objetivando seu alinhamento à demanda do PAC. Depois de sofrer alterações em plenário, o texto foi aprovado por unanimidade (Resolução Recomendada nº. 31 – **Anexo II**). Em seguida, a Sra. Socorro de Paula (ETAPAS) encaminhou a leitura e debate do documento que recomendava a realização de uma campanha nacional de sensibilização e mobilização, visando à elaboração e implementação dos Planos de Saneamento Básico. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade (Resolução Recomendada nº. 32 – **Anexo III**). Mais uma proposta foi apresentada, desta vez pela Sra. Maria Eliane, cujo conteúdo tratava de estabelecer prazos para a elaboração dos Planos de Saneamento Básico e a instituição do Grupo de Trabalho para formular uma proposta de planejamento para a elaboração do Plano Nacional de Saneamento

Básico. O documento sofreu emendas e foi votado e aprovado por unanimidade (Resolução Recomendada nº 33 – **Anexo IV**). Na seqüência, a palavra foi transferida ao Coordenador dos trabalhos, Sr. Elcione Diniz Macedo, Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, o qual apresentou a proposta que estabelecia as orientações e diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano para a implementação do PAC, de forma a promover o crescimento com inclusão territorial, estimulando a ação federativa e compartilhada entre Governo Federal, Governos Estaduais, Distrito Federal e Governos Municipais. Depois de intenso debate, o texto sofreu alterações e emendas e foi aprovado com um voto contrário e uma abstenção (Resolução recomendada nº 34 – **Anexo V**). Foi dada seqüência nos trabalhos com a leitura de outra proposta, feita pelo Sr. Manoel Wanderlei (MNMPE). O conteúdo recomendada ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) a alocação de recursos para garantir caução, com o objetivo de acelerar a contratação das operações do Programa Crédito Solidário. O documento sofreu uma alteração e foi aprovado por unanimidade (Resolução Recomendada nº 35 – **Anexo VI**). Logo após, o Sr. Alexandre Canuto, do Governo de Minas Gerais, apresentou uma proposta que recomendava, junto ao Conselho do Fundo de Desenvolvimento Social, a continuidade do Programa de Crédito Solidário. O texto sofreu emendas e foi aprovado com uma abstenção (Resolução Recomendada nº 36 – **Anexo VII**). Logo em seguida, o Sr. Pedro Romildo (FNU) apresentou demanda para que na próxima reunião do ConCidades seja apreciado o Orçamento de 2008 e o Plano Plurianual de 2007 a 2011, antes do envio da proposta orçamentária do Ministério das Cidades ao Ministério do Planejamento. A Sra. Eleonora Lisboa (ANEAC) apresentou a proposta que estabelecia um prazo para a publicação das Resoluções do Conselho das Cidades e do Conselho Gestor do FNHIS. A votação da Resolução foi adiada para a próxima Reunião do ConCidades por falta de quorum qualificado para alteração do Regimento. Logo após, o coordenador leu uma solicitação do segmento “Poder Público Estadual” no sentido de que fosse permitido ao Governo do Pará, a partir da próxima reunião do ConCidades, a participação no rodízio das vagas de titulares, suplentes e observadores do segmento, visto que o Estado havia sido excluído na assembléia do segmento realizado na 2ª Conferência Nacional das Cidades. O Documento foi assinado pelos seguintes representantes dos Governos Estaduais: Alexandre Canuto, de Minas Gerais; Laércio e Leonardo, do Paraná; Luís Pedretti, de São Paulo; Eduardo Calhau, do Espírito Santo; Rosa de Fátima, do Rio Grande do Sul; Ana Suassuna, de Pernambuco e Afonso Bandeira, da Bahia. O texto foi votado e aprovado por unanimidade. Por último, o Coordenador leu uma proposta de Moção de apoio ao Programa Morar no Centro e à manutenção do benefício Bolsa Aluguel da Prefeitura de São Paulo. O texto foi votado e aprovado por unanimidade (**Anexo VIII**). Na continuidade dos trabalhos, o Presidente encaminhou o segundo ponto de pauta: 2. **Apresentação do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento** - A Sra. Miriam Belchior, Subchefe de Acompanhamento e Monitoramento da Casa Civil, da Presidência da República, assumiu a palavra e fez uma exposição abrangente dos principais aspectos do Plano de Aceleração do Crescimento, conforme **Anexo IX**. Ao final da apresentação, o plenário fez observações que foram discutidos pela expositora. A Sra. Patrícia (Pólis) questionou sobre os espaços de controle social para discutir as prioridades e os impactos sociais e ambientais dos empreendimentos do PAC nos âmbitos nacional e local. Pontuou a necessidade de que os recursos destinados para habitação tenham critérios definidos pelo Conselho Gestor do FHNIS. Já o Sr. Nazareno (ANTT) fez uso da palavra para dizer que o setor de transporte urbano não foi contemplado pelo PAC num momento em que as cidades já vivem um grave déficit de mobilidade. Logo em seguida, a Sra. Ana Suely (FENAVRU) manifestou sua preocupação em relação à destinação de recursos para o apoio técnico aos municípios que receberão impactos do Programa de Aceleração do Crescimento, uma vez que várias cidades deverão sofrer afluxo de pessoas com as obras de infra-estrutura. Após as intervenções, a Sra. Miriam retomou a palavra para responder às questões levantadas. Destacou que tanto a avaliação de impactos quanto o controle social têm sido considerados na elaboração do PAC e que é preciso avançar ainda mais nessas questões. Reafirmou que o processo tem levado em conta as orientações vindas do ConCidades e do Conselho Gestor do FHNIS. Disse, também, que a intensificação da formalização do controle social está na pauta e será enfrentada nos próximos anos do governo. Quanto à questão do transporte urbano, argumentou que diversas outras áreas importantes

também não foram contempladas, nesse primeiro momento, devido à necessidade de estabelecer prioridades. Por outro lado, lembrou que a questão das regiões metropolitanas está na agenda da Presidência e no momento em que for discutida deverá ser incluída a demanda do transporte. Sobre o tema da assistência técnica, ressaltou sua importância, mas alertou para o fato de que depende de articulação com os projetos e a política em andamento para garantir o equilíbrio entre elaboração e execução. No ato de encerramento dos trabalhos, o Presidente se despediu e agradeceu a presença de todos.